

Fiesp adverte para risco de 'quebradeira geral' em 1982

SÃO PAULO (O GLOBO) — As principais lideranças da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) advertiram que se for mantida a atual política econômica — baseada, entre outros fatos, no controle do crédito e em taxas de juros elevada — o próximo ano ficará marcado como um ano de "quebradeira geral das empresas", segundo a expressão de Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

O empresariado paulista considera, no entanto, que os rumos da política econômica, em 1982, ainda é uma "grande incógnita".

— Temos mais perguntas que respostas — admite o presidente da Metal Leve, José Mindlin, expressando a dúvida que domina boa parte dos industriais sobre o desempenho da economia no próximo ano.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defende uma política global, onde o Estado diminua os seus controles sobre a economia, e estimule a reativação de alguns setores sem que, no entanto, venham a ser prejudicados os resultados básicos, alcançados até agora através do aumento das exportações e do superávit no balanço comercial. A entidade, aliás, está elaborando um documento sugerindo uma nova política industrial.

A Fiesp adverte que o setor produtivo não suportará conviver este ano com recessão e taxas de juros liberadas. O vice-presidente da Fiesp, Nildo Mazini, informa que a indústria começará 82 "sem fôlego" e com baixos estoques, o que poderá provocar uma "quebradeira geral" e agravar ainda mais o problema social com o aumento de demissões.

O vice-presidente do grupo Villares, Carlos Villares, que acredita numa melhora lenta no próximo ano, diz que "o

combate à inflação tem sido feito com um custo social muito alto".

ANO ELEITORAL

José Mindlin acredita que, devido à influência do ano eleitoral, o Governo adote medidas destinadas a minorar os efeitos sociais da recessão. Mindlin acha que a queda na inflação e os bons resultados obtidos no balanço de pagamento compensam os sacrifícios impostos à sociedade.

— As medidas de recuperação têm agora que ser dosadas, para que as vantagens obtidas até agora não sejam anuladas — afirma. Ele apoia a reativação de setores básicos não dependentes de importações, tais como construção civil, obras públicas, agricultura, bens de consumo etc.

Os industriais são bastante reticentes sobre os números que comporão as projeções econômicas das empresas para 82. Na área de bens de capital, informa Villares, será importante garantir a expansão do mercado interno, com o redirecionamento dos investimentos para os projetos públicos em execução, e incrementar as exportações. O orçamento financeiro do grupo Villares, para 82, prevê uma taxa de inflação pouco inferior a 100 por cento.

O vice-presidente da Fiesp, Nildo Mazini, prevê um grande número de insolvências no próximo ano.

Segundo ele, as empresas mantiveram, no primeiro semestre, um certo equilíbrio entre receita e despesa — apesar da sensível queda na produção — devido ao elevado volume de mercadorias estocadas desde o ano passado. No entanto, esses estoques estão reduzidos e o setor industrial entra em 1982 sem o menor "fôlego", agravando o problema social, com o surgimento de um novo ciclo de demissões em massa.

— A "banha" das empresas acabou. Em 1982, a crise provocada pela recessão econômica começa a penetrar na carne dos industriais — advertiu Mazini.

O vice-presidente da Fiesp acredita que a manutenção da política econômica provocará, no próximo ano, grande número de falências e concordatas, o que não ocorreu este ano. Explicou que até agora a crise foi amortecida pela "moratória branca", isto é, uma empresa não coloca as promissórias de seus clientes no cartório de protesto, apesar do atraso no pagamento dos títulos por mais de três meses. Na sua opinião, dificilmente o setor industrial terá condições de manter esse sistema em 1982, caso as autoridades governamentais insistam em dar continuidade a política de controle do crédito e de elevadas taxas de juros.

Para o diretor do departamento de estatística da Fiesp, Paulo Francini, não há condições para que se mantenha a atual política econômica em 1982 porque as indústrias não suportam mais um exercício com taxas de juros girando em torno de 150 por cento ao ano.

No seu entender, não se pode esquecer que, neste ano, o Governo perdeu, até certo ponto, o controle sobre a economia, pois o Produto Interno Bruto (PIB) deverá fechar sem crescimento ou até mesmo apresentar taxa negativa, apesar da promessa do ministro do Planejamento, Delmiro Netto, de o PIB crescer três por cento.

Outro ponto que preocupa Nildo Mazini é a redução no nível da taxa inflacionária. Ele disse que esta queda é artificial e que a inflação voltará a apresentar tendência de alta a partir do momento em que o Governo decidir reativar parcialmente a economia.